

O império na ideologia dos camisas negras e dos camisas azuis: um estudo comparativo. Este artigo aborda o imperialismo nos movimentos fascistas surgidos na Europa entre as guerras mundiais, focando-se no Partito Nazionale Fascista italiano e na Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista. Especificamente, analisa de que maneira os líderes e os intelectuais do fascismo italiano e espanhol desenvolveram esse tema e o incorporaram no seu universo ideológico. Procura também compreender se o império foi uma derivação lógica da ideologia nacionalista e identificar as bases do discurso imperialista. Este estudo contribui para preencher uma lacuna historiográfica, pois, embora existam diversos trabalhos comparativos sobre as ditaduras de Mussolini e de Franco, evidencia-se a falta de uma análise comparativa dos partidos fascistas nos dois regimes.

PALAVRAS-CHAVE: fascismo, falangismo, imperialismo, história comparada.

The empire in the ideology of the Blackshirts and the Blue-shirts: a comparative study. This article addresses imperialism in the fascist movements in Europe between the world wars, focusing on Italy's Partito Nazionale Fascista and Spain's Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista. It analyses how the leaders and intellectuals of Italian and Spanish fascism developed and incorporated this theme into their ideological universe. It also seeks to understand if the empire was a logical derivation of the nationalist ideology and to identify the foundations of imperialist discourse. This study contributes to filling a historiographical gap, as, although there are several comparative works on the dictatorships of Mussolini and Franco, comparative analysis of the fascist parties in the two regimes are lacking.

KEYWORDS: Fascism, Falangism, imperialism, comparative history.

GIORGIA PRIORELLI

O império na ideologia dos camisas negras e dos camisas azuis: um estudo comparativo

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, o debate historiográfico relativo ao colonialismo fascista preocupou-se sobretudo com os aspetos militares e administrativos deste fenómeno. Só recentemente é que os historiadores começaram também a refletir sobre o aspeto ideológico do imperialismo fascista. Nos últimos quinze anos, foram publicados alguns estudos pioneiros, em que os respetivos autores se perguntavam como é que, no período entre as duas guerras mundiais, os regimes autoritários de direita construíram e desenvolveram a sua ideia de império e a transferiram aos cidadãos através de propaganda. A maior parte destas análises concentrou-se nos mais famosos casos, o italiano e o alemão, como as pesquisas de Pergher (2018), Hedinger (2017), Roubinek (2016), Deplano (2021, 2015), Pes (2010) e Mazower (2008), para referir apenas algumas. Estudos relativos aos chamados “fascismos periféricos” – como os de Liburt (2021) e Gonçalves (2021) – são numericamente mais limitados.

Este artigo leva em consideração um caso até agora substancialmente negligenciado, o do fascismo espanhol da Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (doravante, Falange), comparando-o com o modelo fascista original, o do Partito Nazionale Fascista (doravante, PNF) de Benito Mussolini. A perspetiva comparativa é funcional não apenas para identificar analogias na forma como estas duas manifestações nacionais do fenómeno fascista expressaram o discurso sobre o império mas também para destacar as peculiaridades de cada uma. Isso beneficiará o conhecimento atual tanto sobre a narrativa colonial e imperial no fenómeno fascista geralmente considerado como sobre os estudos dos casos nacionais aqui analisados.

Para fins heurísticos, é necessária uma premissa metodológica. A autora deste artigo partilha a tese do historiador valenciano Ismael Saz (2001, 2003)

segundo a qual a historiografia, durante muito tempo, não reconhecia a individualidade histórica do fenómeno fascista em Espanha, confundindo o regime de Francisco Franco – uma “ditadura fascistizada”, mas não estritamente fascista – com o verdadeiro movimento fascista espanhol, ou seja, a Falange. Seguindo a interpretação de Saz, quem escreve está convencido de que a Falange foi um dos componentes da ditadura de Franco, mas não coincidiu com ela. Portanto, diferentemente da tendência historiográfica que reduz a questão da presença do fascismo em Espanha ao problema da ditadura, este artigo centra-se na Falange como o partido autenticamente fascista, moderno e secular dentro do regime de Franco, a fim de restaurar a sua dignidade histórica. Em relação às fontes analisadas para realizar esta comparação, foram examinadas as publicações da imprensa fascista e falangista e, especificamente, os periódicos teóricos mais relevantes ligados ao PNF e à Falange. A literatura fascista e falangista, os programas partidários e os panfletos, juntamente com os discursos doutrinários dos principais líderes e teóricos dos dois partidos, completam o quadro, em termos de fontes primárias. Este artigo está dividido em três partes. A primeira examina as origens do imperialismo fascista e falangista. Na segunda, será analisada a forma como os ideólogos e os líderes de ambos os partidos articularam o discurso sobre o império, destacando-se certas diferenças entre os dois estudos de caso. Na terceira parte, serão apresentadas algumas conclusões finais.

AS ORIGENS DO IMPERIALISMO FASCISTA E FALANGISTA

Em *La dottrina del fascismo*, Benito Mussolini (1933, p. 22) afirmou claramente que o império era a expressão direta da “vitalidade” de uma nação, destacando que “os povos que surgem e ressurgem são imperialistas; os povos que morrem são derrotistas”. Estas palavras refletem a relevância que o discurso imperialista desempenhou no fascismo e devem ter inspirado o secretário-geral da Falange, Raimundo Fernández Cuesta (1939), que, em 1938, afirmou que “os povos que não têm vontade imperial estão destinados a perecer”. Para ele, a ambição imperial representava “uma condição inerente à própria existência das nações”, sem a qual as nações “se desintegravam e [caíam] em localismos”. Essas declarações revelam a natureza quase fisiológica do vínculo que liga o império à nação para o fascismo italiano e espanhol. O império representou a seguinte etapa evolutiva da nação fascista e falangista: a sua valorização e afirmação no mundo. Assim, se para o fascismo italiano e o falangismo a nação era a “realidade social máxima”, à qual tudo estava subordinado, o império era a sua perfeição, ou seja, a expressão extraterritorial do seu poder (Gómez de Terán, 1937, p. 389).

Isto não implica que o fenómeno nacionalista fosse imperialista *per se* na virada dos séculos XIX e XX. Dentro do heterogéneo nacionalismo italiano, por exemplo, havia aqueles que, como Giuseppe Prezzolini (1914, pp. VIII-XII), deram prioridade absoluta à resolução dos problemas internos em relação aos caprichos expansionistas imprudentes. Da mesma forma, entre os pais do pensamento nacionalista espanhol, uma figura tão relevante como Ángel Ganivet, no final do século XIX, acreditava que a Espanha deveria regenerar-se internamente. Toda a vitalidade nacional precisava de se concentrar no Estado e não em alguma arriscada aventura colonial (1956 [1896], pp. 31-32, 85-86, 123-126). No entanto, o nacionalismo fascista, incluindo as suas manifestações italianas e espanholas, era certamente imperialista, e não apenas no sentido retórico. Os discursos dos fascistas e falangistas sobre o império não foram discursos vazios, gerados pelas ambições imoderadas de algumas figuras proeminentes dos dois partidos. Pelo contrário, o imperialismo fascista constituiu a evolução natural de uma cultura política autenticamente revolucionária, que, ao tentar alcançar a grandeza da nação, acabou inevitavelmente por procurar afirmação e prestígio, mesmo que além das fronteiras do Estado. Com base nesse pressuposto, os ideólogos do PNF e os teóricos da Falange expressaram os seus pontos de vista sobre o império, que articularam de acordo com tempos e modalidades peculiares.

Como sugeriu Emilio Gentile (2006, p. 194, 2007, p. 29), o nacionalismo dos camisas negras (como os fascistas italianos eram chamados) em Itália levaria, mais cedo ou mais tarde, ao imperialismo, algo que era previsível desde o nascimento do movimento fascista. Já em março de 1919, Mussolini afirmava que o imperialismo era “o fundamento da vida de todo o povo que tende a expandir-se económica e espiritualmente” e reivindicava para a Itália o seu “lugar no mundo”.¹ Não foi por acaso que Mussolini pronunciou estas palavras pouco depois da Conferência de Paz de Paris. Tais declarações foram influenciadas pela frustração italiana relativamente à exclusão substancial do governo de Roma da divisão dos territórios coloniais das potências derrotadas e à questão de Fiume e da Dalmácia. Apenas dois anos depois, em fevereiro de 1921, o líder dos camisas negras encorajou os seus partidários a levantarem a “bandeira do império” e do imperialismo fascista, durante um discurso que proferiu emblematicamente na cidade de Trieste, anexada ao Reino de Itália após a assinatura do Tratado de Rapallo, de 12 de novembro de 1920.² Em junho de 1925, no rescaldo da reconquista da Tripolitânia pela Itália fascista, durante

1 “Le rivendicazioni nazionali”. *Il Popolo d'Italia*, 83 (24 de março de 1919), p. 1.

2 “Il Fascismo e i problemi della politica estera italiana”. *Il Popolo d'Italia*, 34 (9 de fevereiro de 1921), p. 1.

o IV Congresso Nacional do PNF, em Roma, Mussolini chegou a identificar o conceito imperial como a base da doutrina do seu partido.³

Embora o tema do império estivesse presente no fascismo desde as suas origens, este não foi um elemento central no seu discurso político durante vários anos. No início, os sonhos expansionistas do partido ainda eram vagos. Giravam principalmente em torno de planos genéricos para a criação de uma “Grande Itália” e do desejo de poder desencadeado pela Primeira Guerra Mundial. Na fase inicial do movimento, havia problemas muito mais graves com que lidar na frente interna. Os camisas negras direcionaram todos os seus esforços para a eliminação das oposições e a realização do Estado fascista. Somente quando esses objetivos foram alcançados é que os projetos imperiais do PNF ressurgiram com força renovada e uma determinação extraordinária. Assim, Mussolini decidiu olhar além dos limites da península, em direção a novos e mais ambiciosos objetivos.

Os fascistas recuperaram a tradição do *Risorgimento* italiano para legitimarem os seus projetos, apresentando-se como os sucessores da geração patriótica que exaltava a primazia moral italiana e reivindicava para o país um papel de liderança no cenário mundial. Como apontou Giuseppe Bottai (1926, p. 8), na Itália, a ideia colonial surgiu mais tarde, em comparação com outros Estados europeus. Quando as grandes guerras pela hegemonia e pelo império estavam em andamento, “tirании estrangeiras” ainda oprimiam a Itália, a qual era incapaz de “agir como uma nação” porque tinha de lutar “para se tornar uma nação”. Na reconstrução histórica dos ideólogos próximos de Mussolini, foi durante o *Risorgimento* que alguns políticos esclarecidos começaram a compreender a importância de perseguir uma política externa dinâmica. Assim, mesmo antes da unificação, o Conde de Cavour tentou, em 1851, aumentar a presença comercial de Saboia no Mediterrâneo, impulsionando o comércio com a Tunísia. Quatro anos depois, com a participação do Estado piemontês na Guerra da Crimeia, o estadista conseguiu entrar na assembleia diplomática europeia e esclareceu que o Saboia desenvolveria os seus interesses económicos no Próximo Oriente.

Os intelectuais do PNF identificaram alguns elementos de uma doutrina colonial também em Mazzini, bem como na sagrada missão de civilização que este atribuiu à Itália. Estes intelectuais, provavelmente, devem ter considerado particularmente interessante um artigo de Mazzini (1941, pp. 167-168), datado de março de 1871, no qual este reivindicava um papel vital para a Itália na Ásia e no Norte de África, especialmente na Tunísia e na Líbia. De forma

3 “Alle grandi assise del fascismo. Parla Mussolini”. *Il Popolo d'Italia*, 148 (24 de junho de 1925), p. 1.

análoga, na opinião do intelectual fascista Carlo Curcio (1927, pp. 27-28, 1940, p. 476), Vincenzo Gioberti e Cesare Balbo também contribuíram para a causa do império. Se, por um lado, Gioberti (1846, pp. 50-55, 401-403) enfatizou a ideia da primazia civil e moral italiana, exigindo o controlo sobre a Córsega e sobre Malta para o seu país, Balbo (1844, pp. 283-287), por outro lado, desejava o nascimento de uma grande civilização católica e mediterrânea, com Roma no centro.

De acordo com a interpretação fascista, os colonialistas do final do século XIX assimilaram o legado ideal desses homens ilustres. Nesse sentido, Francesco Crispi provou ser o ator político mais capaz do Estado unificado: projetou a Itália na área do Mediterrâneo e deu-lhe uma autêntica “alma e pensamento imperialista”.⁴ Opôs-se à “conceção pequena, angustiada e miserável que [tinha] inspirado a política colonial” até então e usou a campanha militar na Eritreia e na Etiópia para fazer reviver a potência italiana (Bottai, 1926, p. 17). No entanto, para os ideólogos do PNF, a presença de uma classe dominante covarde e inconclusiva acabou por enterrar a empresa de Crispi na Abissínia. A Batalha de Adua, tal como Bottai (1926, pp. 19-20) escreveu, “como Caporetto, como toda a desgraça da pátria, [encontrou] no Parlamento os seus profetas”.

No início do século XX, alguns intelectuais do partido viram nas publicações de Mario Morasso, Gabriele D’Annunzio e Alfredo Oriani – que fizeram reviver a ideia do primado da Itália no mundo – a prova de que a tradição imperialista italiana nunca se tinha desvanecido. Personalidades ilustres do nacionalismo italiano, como Enrico Corradini, Luigi Federzoni, Roberto Cantalupo e Francesco Coppola, por sua vez, recuperaram essa tradição e trouxeram com força o tema da expansão colonial de volta ao centro do debate político. Corradini (1908, p. 290), por exemplo, afirmava que o imperialismo era um “estado da nação”, ou seja, um “estado de exuberância, vitalidade e força”. Assim, após o fim do conflito ítalo-turco de 1911-1912, alegrou-se com esse sucesso colonial e expressou o seu orgulho ao ver a vitoriosa civilização romana a reaparecer em solo líbio após 1500 anos (Corradini, 1980, p. 235; Solmi, 1934; Hermet, 1936).

Corradini aludiu claramente à Roma dos césores, desejando o seu retorno.⁵ Ao fazê-lo, antecipou o que os ideólogos do PNF fariam alguns anos depois. Assim, por exemplo, segundo o teórico do PNF Carlo Curcio (1940, p. 244), “a sensibilidade e a consciência do génio de Roma e do Império” foram finalmente “enraizadas” no povo italiano com o fascismo, a ponto de se tornarem duas

4 “Il programma fascista”. In E. Susmel, D. Susmel (1951-1963), vol. xvii, p. 219.

5 Sobre Enrico Corradini e a sacralização da Roma imperial, ver Salvatori (2016).

pedras angulares do regime (Pagliaro, 1940, p. 476). O fascismo inspirou-se no pensamento nacionalista para garantir a base doutrinária necessária para justificar as suas próprias escolhas ideológicas e políticas. Graças à natureza flexível do conceito de *Romanitas*, que se adaptava bem às tendências antide-mocráticas e coloniais da ditadura de Mussolini (Visser, 1992; Stone, 1999), a construção do mito fascista da Roma Antiga e do seu império tornou-se o emblema do destino brilhante do país (Giardina, 2016). Consciente da posição da Itália como “*late-comer*” (Kallis, 2000, pp. 12-14) na competição colonial, em comparação com os grandes e longevos impérios britânico e francês, Mussolini usou o mito da Roma imperial, numa medida crescente ao longo do tempo (Salvatori, 2014), como uma ferramenta poderosa para legitimar os seus projetos expansionistas, apresentando-se como o “novo Augusto de uma Itália imperial renascida” (Gentile, 2007, p. 143). Além da retórica, os camisas negras não usaram esse passado radiante para uma “nostalgia reacionária”, mas reelaboraram-no de uma maneira moderna para forjar o futuro político da Itália (Gentile, 2007, p. 48), construindo a “imagem de uma ‘terceira’ Roma fascista” (Nelis, 2014, p. 3). Eles estabeleceram uma ponte ideal diacrônica entre o império mítico dos césares e o império do *duce*, que tinha como missão espalhar os princípios universais fascistas a uma escala global (La Penna, 1999; Arthurs, 2012).

Ao contrário do caso do fascismo italiano, o discurso imperialista foi central desde o início na ideologia falangista. Em Espanha, a existência de uma gloriosa tradição imperial – inaugurada pelos reis católicos no final do século xv e consolidada durante o reinado de Carlos v – fez com que o tema do império fosse de enorme importância para os camisas azuis (como os falangistas foram também chamados). Os teóricos do fascismo espanhol, que se orgulhavam de serem herdeiros dessa tradição, estavam confiantes de que um vínculo especial entre a Espanha e os seus antigos territórios ultramarinos havia sobrevivido mesmo após o “desastre” de 1898. Quatro séculos de dominação colonial não podiam ser aniquilados de uma só vez, nem mesmo diante da dura derrota da Espanha pelas mãos dos Estados Unidos na Guerra Hispano-Americana, após a qual o governo de Madrid perdeu o controle de Cuba, das Filipinas, de Guam e de Porto Rico. Se o objetivo da Itália fascista era conseguir por fim sentar-se à mesa das grandes nações coloniais, o problema de Espanha era precisamente recuperar o papel de potência imperial que tinha perdido e que, segundo os falangistas, pertencia ao país por direito. Para eles, a influência espanhola, sobretudo na América Latina, tinha sido tão forte e difundida nas sociedades indígenas que não poderia ser eliminada com facilidade. Este é particularmente o caso se considerarmos que, a partir do reinado de Isabel de Castela e de Fernando de Aragão, os conquistadores não só

impuseram a sua presença económica e comercial mas também atuaram como verdadeiros apóstolos da cultura hispânica em todos os territórios ocupados.

No final do século xv, Espanha atendeu ao “chamado do universal”, segundo o teórico falangista Antonio Tovar (1941, p. 24), que havia sido chefe da Rádio Nacional em 1938 e subsecretário de Imprensa e Propaganda em 1940-1941. Para ele, o país havia abraçado conscientemente a sua vocação universal, com o objetivo de difundir os valores da *hispanidad* pelo mundo, ou seja, a língua, a cultura e a espiritualidade espanholas, coincidindo esta última com a catolicidade. Olhando para o modelo do antigo Império Romano (Giménez Caballero, 1932), os ideólogos falangistas estavam convencidos de que Espanha teria estabelecido um amplo império multirracial sob os emblemas do jugo e das flechas dos reis católicos, que foram significativamente adotados como emblemas do próprio partido fascista espanhol (Tovar, 1941, pp. 24, 52-53). Este glorioso império, que floresceu durante o reinado de Carlos v, entrou em fase de declínio a partir do século xvii. Segundo os teóricos do falangismo, as causas desse declínio foram a degeneração moral de Espanha e a ausência da energia imperial que havia impulsionado os empreendimentos ultramarinos dos conquistadores espanhóis no passado. Tovar, por exemplo, identificou a Paz de Vestfália, de 1648 – que deu origem ao moderno sistema internacional –, não apenas como a ratificação do fim do domínio espanhol na Holanda mas também como o início da tragédia nacional. A partir desse momento, um lento, mas inexorável, processo de empobrecimento caracterizou a vida política do país por mais de dois séculos. Primeiro, a Guerra de Secessão e, depois, a invasão napoleónica forçaram Espanha a deixar todas as suas posses no Velho Continente. No século xix, a eclosão das guerras de independência hispano-americanas levou à perda da maioria das colónias no Novo Mundo (Tovar, 1941, pp. 67-75, 151-159). No início do século xx, fora da Península Ibérica, a Espanha havia desaparecido dos mapas geográficos, com exceção de duas áreas bem definidas em Marrocos – nomeadamente, a zona do Rif e a região de Villa Bens –, que foram oficialmente colocadas sob o protetorado de Madrid em 1912.⁶

À primeira vista, esta reconstrução pode parecer nada mais do que uma recriação anacrónica de um passado lendário em que “no mundo se comandava em espanhol e se obedecia em castelhano” (Ballesteros Gaibrois, 1937). Pelo contrário, foi uma verdadeira declaração de intenções por parte dos homens da Falange, os quais olhavam com orgulho para esta grande herança imperial, determinados a revitalizá-la. Para os camisas azuis, a Espanha ainda

6 Sobre o colapso do império espanhol, ver, entre outros, Delgado Ribas (2012) e Pan-Montojo (1998).

tinha “algo para fazer no mundo”, e a Falange, “no alvorecer do novo império espanhol”, deveria ter feito um esforço para devolver ao povo “a vocação e a ansiedade do Império”, contra qualquer atitude derrotista e covarde (Tovar, 1941, pp. 10, 165-166).⁷ Na sua opinião, “ventos saturados de constituições, enciclopedismo, teorias rousseauianas, mitos liberais” e “ordens secretas, esconderijos maçónicos e traições contra o país” não conseguiam minar o espírito original de conquista do país (Sainz Rodríguez, 1937). Após séculos de desordem, os reis católicos tinham criado o primeiro Estado-nação moderno e imposto a sua supremacia colonial em continentes anteriormente inexplorados. Da mesma forma, a Falange teria restituído ao povo espanhol o prestígio e a “dignidade de império” que este merecia, pondo fim ao período de desordem e decadência nacional que os teóricos falangistas faziam coincidir com a experiência histórica da Segunda República (Tovar, 1941, p. 10; Ledesma Ramos, 2004, pp. 455-456).

DEFININDO O IMPÉRIO FASCISTA E FALANGISTA

Para Mussolini (1933, p. 6), a nação fascista era “uma realidade ética que existiu e viveu na medida em que se desenvolveu”. O facto de se ter projetado internacionalmente em algum momento da sua existência foi a consequência lógica do estado de mobilização permanente em que o partido mantinha os italianos, ou pelo menos a maioria deles. Para os camisas negras, era de certa forma inevitável que algum dia o mito da nação se fundisse com o mito da civilização imperial (Gentile, 2006, p. 198). A nova nação do PNF trouxera “disciplina onde quer que [houvesse] desordem e uma rebelião evidente ou velada”. Como apontou o intelectual fascista Roberto Pavese (1938, pp. 604-605), o fascismo queria estabelecer uma “ordem hierárquica pacífica” entre os Estados. A Itália de Mussolini – que era “potencialmente e por direito um império” – tê-la-ia conduzido pelo seu “ideal puro e universal”, superando “todas as limitações da tradição e da igreja” e promovendo a harmonia entre os povos através do “poder do espírito e das armas”.

Uma afinação conceitual da relação entre a nação e o império encontra-se no dicionário político do PNF, no qual Curcio definiu o nacionalismo como a “intrínseca vitalidade expansiva de uma civilização” e como “exaltação, consciência ativa, dever” da nação em história (Curcio, 1940, p. 242; Bastianini, 1937, pp. 3-26). Para ele, não havia contradição entre a nação e o império, ao contrário do que a maioria da antiga classe dominante liberal havia afirmado. Para Pavese (1938, p. 605), nos primeiros sessenta anos do Estado unificado,

7 A este respeito, ver Juliá (2015, pp. 350-359).

os governos liberais terão preferido adotar uma tática defensiva baseada na inércia e numa boa dose de “parasitismo”, em vez de uma política externa dinâmica. Pelo contrário, para o fascismo, a nação e o império não só eram compatíveis como também se complementavam perfeitamente, pois a única e autêntica nação era aquela que tinha “virtualmente o império nele mesmo”. De acordo com os planos fascistas, este grande império deveria incluir, essencialmente, os países africanos com costa para o Mediterrâneo, juntamente com a Eritreia, a Somália, a Etiópia, os Balcãs, a Córsega, a Grécia e as suas ilhas e alguns municípios franceses próximos da fronteira italiana.

Os teóricos do PNF conseguiram identificar os elementos essenciais para a realização dessa mítica civilização imperial. O linguista e filósofo do partido, Antonino Pagliaro (1940, pp. 483-484), apontou dois. Em primeiro lugar, era necessária uma ideia universal, ou seja, um princípio orientador que regesse a configuração política, social e civil do país e que pudesse ser aplicado com sucesso em diferentes contextos espaciais e temporais. Tal foi o caso da doutrina fascista – consagrada pelos camisas negras como uma verdadeira “religião política”, em substituição da católica (Gentile, 2009, p. 53-54) –, da qual o povo italiano deveria ser evangelizador no mundo. No entanto, uma ideia universal não era suficiente por si só. Uma consciência imperial, isto é, uma fé total no valor absoluto e eterno dos princípios subjacentes à nação, tinha de apoiar. Os camisas negras acreditavam firmemente na superioridade da “civilização itálica” e na importância da sua tarefa: “Fazer do seu mundo e das suas vitórias políticas e sociais um momento na história mundial e um bem para todos os povos.”

Os ideólogos fascistas estavam certos de que construir um império também teria trazido várias vantagens imediatas e tangíveis. Do ponto de vista económico, teria garantido os mercados para a produção italiana e fornecido as matérias-primas que faltavam no país (Miège, 1976, pp. 139-140). Por outro lado, os intelectuais do partido apresentavam a colonização como uma solução eficaz para o problema do crescimento populacional em Itália. Enquanto o regime encorajava as pessoas a procurarem a grandeza do país e a oferecerem filhos à pátria, por meio de políticas pró-natalistas, na prática os italianos tinham de lidar com recursos limitados. Assim, os assentamentos coloniais pareciam fornecer uma oportunidade de reduzir consideravelmente a “exuberância demográfica” (Federzoni, 1938, p. 123) dentro da península. Neste sentido, o governo fascista prometeu casas decentes para os cidadãos italianos dispostos a mudarem-se, bem como uma fonte de trabalho, em termos de terras para cultivar. Os vinte mil agricultores que desembarcaram em Trípoli, em novembro de 1938, eram apenas uma pequena parte deles, considerando que o regime planeava instalar cerca de quinhentos mil italianos apenas na costa

da Líbia (Mussolini, 1939, pp. 96-97; Lessona, 1932, p. 551).⁸ O benefício dessa política de colonização seria duplo: por um lado, deteria a emigração italiana para o exterior, o que era visto como um desastre e uma enorme perda de energia nacional (Solmi, 1934, pp. 448-452); e, por outro lado, consolidaria o controle fascista sobre os territórios africanos, ao introduzir uma enorme massa de colonos. Estes últimos teriam reduzido a população indígena a uma minoria e transformado aquelas terras nativas em autênticas províncias italianas, expandindo, por conseguinte, a nação (Pergher, 2018; Cresti, 2011, 1996; Segrè, 1974).

A propaganda do partido insistiu em afirmar que o fascismo não executaria uma política de exploração colonial e que, ademais, o seu imperialismo diferia do imperialismo agressivo dos nacionalistas da Associazione Nazionale Italiana (Associação Nacionalista Italiana), pois aspirava a assumir um forte caráter ético. Oficialmente, os ideólogos do PNF sempre rejeitaram – pelo menos em palavras – a ideia do colonialismo imposto pela força das armas e baseado no desejo de humilhar os indígenas, que era associada às potências alemã e inglesa (Gentile, 1975, p. 152; Goglia e Grassi, 1981, p. 13). O império fascista “integral” não seria apenas uma “expressão territorial, ou militar ou mercantil, mas espiritual e moral” (Guglielmi, 1935, p. 757). Segundo Mussolini (1933, p. 22), a sua nação era tão forte na sua história, cultura e maturidade política que teria liderado outras nações “sem ter de conquistar um quilómetro quadrado de território”. O regime teria realizado os seus planos colonizadores com humanidade e um profundo espírito caridoso, com o objetivo de exportar uma ordem de vida superior, bem como de trazer riqueza para as populações consideradas inferiores (Terruzzi, 1938). Depois de completar o processo de reforma dos italianos e criar o “Novo Homem” do fascismo dentro das fronteiras do Estado, os camisas negras continuariam a sua tarefa educacional em civilizações estrangeiras menos desenvolvidas. Eles teriam “evangelizado fascisticamente” (Pagliaro, 1940, p. 484) os povos indígenas e ter-lhes-iam ensinado a obedecer aos princípios da revolução do PNF.⁹

Como a historiografia contemporânea revelou, a imagem do colonialismo fascista benevolente está longe da realidade. O regime recorreu a todas as ferramentas que estavam à sua disposição para realizar as suas ambições imperialistas. Embora a Itália tivesse assinado um tratado internacional em Genebra, em junho de 1925, que proibia o uso de armas químicas e biológicas, Mussolini aprovou o uso de gás venenoso para semear sistematicamente o

8 Cf. Pergher (2018, pp. 7-8), Labanca (2002, pp. 279, 322) e Miège (1976, pp. 137-139).

9 Sobre o assunto, ver Pergher (2018, pp. 17-18), Burbank e Cooper (2010), Maier (2010, pp. 153-159), Stoler (2006) e Felice (1988, p. 180).

terror entre os nativos, primeiro na Líbia e depois na Etiópia. Em fevereiro de 1936, ele sugeriu ao Comissário da África Oriental Italiana, o general Pietro Badoglio, empregar agentes infeciosos para erradicar toda a resistência (Del Boca, 1996, 2010). Essa conduta negava qualquer pretensão de um fascismo gentil e era ainda mais execrável do que desnecessária, considerando que um exército avançado de um Estado-nação europeu – como o exército italiano – estava a lutar contra guerrilhas locais mal organizadas e mal equipadas.

No entanto, o regime de Mussolini não recorreu apenas ao terror para obter o reconhecimento do seu papel colonizador, mas perseguiu esse objetivo também pacificamente, como ficou demonstrado por via da criação da Gioventù Araba del Littorio (Juventude Árabe de Littorio, ou GAL) em 1935, por exemplo. Nascida paralelamente à Opera Nazionale Balilla e equivalente à Gioventù Italiana del Littorio, a GAL garantiu o apoio espiritual e material do partido aos líbios. Italo Balbo (1938, p. 748) – governador da Líbia de 1934 a 1940 – promoveu-a ativamente, para dar educação política, militar e moral aos jovens e inculcar neles um sentimento de apego à pátria italiana fascista. Era fundamental inculcar nas populações indígenas o amor pela Itália – a sua pátria de adoção – e a devoção ao regime. Para os ideólogos do partido, as duas coisas não eram distintas, andavam de mãos dadas. Se fascismo e nação coincidiam e o império era a extensão extraterritorial da nação, não era preciso dizer que império e fascismo também coincidiam. Tal processo de identificação teria assegurado aos camisas negras a representação exclusiva não apenas do seu país mas também das possessões imperiais anexadas. Assim, não surpreende que o regime tenha dedicado tempo e energia a arregimentar, através de organizações partidárias, os jovens berberes, que não só tinham pouco conhecimento do que era o fascismo como também sabiam muito pouco sobre a Itália. Os ideólogos do PNF consideraram essa operação extremamente lucrativa, pois esta tinha inculcado nos nativos um sentimento de pertença para com os seus colonizadores, além de ter consolidado o sucesso fascista na administração colonial.

No fascismo espanhol, por outro lado, havia muitos intelectuais e líderes do partido – a começar pelo intelectual protofascista Giménez Caballero, pelo jonsista¹⁰ Ledesma Ramos e pelo fundador da Falange, José Antonio Primo de Rivera – que identificavam como um dos seus objetivos políticos mais importantes a projeção imperial da nação. Não por acaso, no terceiro dos vinte e seis pontos programáticos da Falange, ficou claramente estabelecido o seguinte: “Temos a vontade do Império. Afirmamos que a conquista histórica da

10 Designação para membro das Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista.

Espanha é o Império.”¹¹ José Antonio desenvolveu ainda mais esta ideia orientadora num discurso parlamentar, a 30 de novembro de 1934: “A Espanha não existe porque tem sua língua, porque é uma raça ou porque é uma coleção de costumes. A essência da Espanha está numa vocação imperial para unir línguas, raças, povos e costumes num destino universal.”¹²

Ismael Saz (2003, p. 267) observou que, em última análise, o nacionalismo missionário de José Antonio se resumia à noção ideal de império.¹³ Era firme a convicção do líder falangista de que “as nações são determinadas de fora”.¹⁴ O mesmo conceito joseantoniano de *unidad de destino en lo universal* (“unidade de destino no universal”), que se tornou central para a ideologia falangista, implicava que o renascimento da pátria espanhola deveria ser acompanhado pela realização de uma missão coletiva no mundo e por um projeto significativo de expansão além das fronteiras nacionais. Primo de Rivera resumiu com maestria esse pensamento nestas famosas palavras: “A pátria é aquela que formou um esforço coletivo no mundo. Sem esforço, não há pátria. Sem a presença da fé num destino compartilhado, tudo se dissolve nas regiões nativas, nos sabores e nas cores locais.”¹⁵

Para os teóricos falangistas, o império não era apenas sinónimo de prestígio e de grandeza, mas representava também um fator de enorme potencial de agregação. Superando as estreitas fronteiras estatais, este constituiria uma ferramenta formidável para resolver o problema dos separatismos regionais que ameaçavam a unidade territorial do país. Além disso, encorajava os cidadãos a reconhecerem-se como membros da mesma comunidade nacional e a cooperarem na realização de uma missão conjunta de alto valor espiritual. Em 1938, Raimundo Fernández Cuesta escreveu no periódico *Vértice* que “a unidade do destino [fez] o povo evoluir para nação e a nação para império”.¹⁶ Para os fascistas espanhóis, nação e império eram duas dimensões historicamente inseparáveis e interconectadas. Em razão dessa convicção, eles estavam confiantes de que o renascimento da pátria corresponderia a um renascimento imperial simultâneo, pois a grandeza da nação só poderia ter sido alcançada através da recuperação do império. Para os camisas azuis, isso implicava a recuperação das antigas colónias hispano-americanas, de Gibraltar, Marrocos e Argélia,

11 “Puntos programáticos de la Falange Española de las JONS” (novembro de 1934). In Del Río Cisneros (1976, p. 478).

12 “España y Cataluña” (30 de novembro de 1934). In Del Río Cisneros (1976, p. 515).

13 “Sobre Cataluña” (4 de janeiro de 1934). In Del Río Cisneros (1976, pp. 240-241). Sobre o assunto, ver García Sebastiani e Marcilhacy (2013, p. 382).

14 “¿Euskadi libre?”, *F.E.*, 1 (7 de dezembro de 1933). In Del Río Cisneros (1976, p. 229).

15 “La gaita y la lira”, *F.E.*, 2 (11 de janeiro de 1934). In Del Río Cisneros (1976, p. 249).

16 Sobre o assunto, ver Álvarez Chillida (2010, pp. 281-282).

da Gasconha, do Principado de Andorra, de Rosellón e da Alta Cerdanha. Os falangistas não deixaram de incluir também Portugal nas suas metas expansionistas (Ledezma Ramos, 1931; Ximénez de Sandoval, 1941, p. 457).

Efetivamente, a realidade espanhola era que, na década de 1930, o país passava por uma fase convulsiva da sua história política e, ademais, não tinha recursos para embarcar em projetos tão ambiciosos, sobretudo após a Guerra Civil. Quando os combates cessaram, em abril de 1939, o país estava esgotado e precisava de ser reconstruído, não só do ponto de vista puramente material mas também do ponto de vista económico e social. Nesse contexto, a análise do discurso imperialista falangista é particularmente interessante porque fornece informações importantes sobre como os camisas azuis pretendiam superar a posição de poder de segunda ordem ocupada pela Espanha naquele momento. As feridas da Guerra Civil ainda estavam abertas, mas isso não distraiu os homens da Falange de devolverem à nação um lugar de alto prestígio no cenário internacional. Ao rejeitarem a ideia de uma política colonial baseada no monopólio e no protetorado – que eles consideravam uma “fórmula europeia hipócrita para esconder a exploração implacável” –, os falangistas reivindicavam o “direito de defender a civilização espanhola no mundo” (Tovar, 1941, p. 14). Espanha tinha de voltar a ser o pivô da “grande irmandade hispânica”, que reunia cerca de 200 milhões de indivíduos de diferentes raças em todo o mundo, que compartilhavam a mesma língua, os mesmos costumes, tradições e, não menos importante, a mesma religião (Redondo Ortega, 1939, p. 99).¹⁷

O catolicismo em Espanha teve um papel fundamental no nascimento e na consolidação do império, bem como da nação, desde o final do século xv. A presença do elemento religioso no discurso falangista sobre o império – presente numa extensão muito limitada, se não essencialmente ausente no discurso imperialista dos ideólogos e líderes fascistas italianos¹⁸ – está relacionada com o facto de terem sido os reis católicos a impor a supremacia colonial espanhola no Novo Mundo. Essa é a razão pela qual os sonhos expansionistas dos ideólogos falangistas – embora a Falange não fosse um movimento confessional, assim como o fascismo italiano – muitas vezes envolviam evocações

17 Cf. Saz Campos (2003, p. 278) e Delgado Gómez-Escalonilla (1992, p. 124).

18 O facto de a propaganda colonial fascista não ter atribuído ao empreendimento colonial um carácter evangelizador, num sentido cristão-católico, para com as populações indígenas africanas não implicou o desinteresse de parte do mundo católico pelos empreendimentos coloniais do regime. No caso da guerra na Etiópia, por exemplo, apesar do silêncio do Papa Pio ix e da oposição de alguns membros proeminentes das hierarquias eclesiásticas, vários prelados e membros do clero apoiaram as façanhas do regime na Abissínia. Sobre este tema, ver Ceci (2010), *Il papa non deve parlare. Chiesa, fascismo e guerra d'Etiopia*, Roma, Laterza.

da tradição católica, à qual estavam ligadas as ideias de nação e império. A diferença em relação ao caso do fascismo italiano é evidente se considerarmos que, em Itália, a unificação do Estado foi realizada não só sem a participação da Igreja como também diante da sua clara oposição. A comunidade católica, após o *Non Expedit* do Papa Pio IX, em 1868, não participou na vida política do Estado até 1913, quando, após a conclusão do Patto Gentiloni, foi às urnas nas eleições de outono desse ano pela primeira vez.

De facto, a evangelização das populações indígenas e a tentativa da sua conversão ao cristianismo deram um significado simbólico e místico ao colonialismo espanhol. Não foi apenas a manifestação do poder da nação espanhola dos reis católicos nascida da Reconquista; era também uma missão divina espalhar a Palavra de Deus contra todos os tipos de heresia e paganismo (Tovar, 1941, pp. 52-66). Os camisas azuis, que se declaravam sucessores daquele, segundo eles, “antigo e brilhante império”, não podiam ignorar o valor evangélico que as expedições ultramarinas haviam assumido desde o início. Consequentemente, não é de surpreender que as reivindicações expansionistas falangistas contivessem referências à tradição católica, à qual a ideia de império, tal como a de nação, estava ligada.

No início da década de 1930, partidários leais do Estado laico e totalitário, como Onésimo Redondo Ortega (1939, pp. 42-43) e Ramiro Ledesma Ramos (2004b, pp. 154-155), reconheciam que a grandeza do país estava historicamente ligada à sua essência católica. Em 1933, Giménez Caballero (1933, p. 3) declarou que o fascismo espanhol representava a “nova catolicidade do mundo” e que Espanha recuperaria o seu antigo prestígio imperial e voltaria a ser o braço-direito do ideal cristão universal. Da mesma forma, José Antonio Primo de Rivera argumentou que Espanha havia levado a civilização aos habitantes de continentes desconhecidos e os incorporara numa “missão universal de salvação”, graças ao seu “senso de catolicidade”.¹⁹ Na opinião do fundador da Falange, este foi o elemento que engrandeceu o país durante séculos e deveria ter sido o ponto de partida para a reconstrução do poder nacional e colonial espanhol, sob o olhar atento da Falange.²⁰

Após a unificação da Falange Espanhola das Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista com a *Comunión Tradicionalista* (o partido monárquico carlista) a mando de Francisco Franco, em abril de 1937, e o desencadeamento da fúria republicana anticlerical durante a guerra civil, as referências ao catolicismo aumentaram no discurso imperialista dos falangistas. O fascismo espanhol tentou integrar a religião no seu pensamento político, comprometendo-se a

19 “Puntos iniciales”, *F.E.*, 1 (7 de dezembro de 1933). In Del Río Cisneros (1976, p. 225).

20 *Ibidem*, p. 225.

preservar o seu caráter revolucionário numa “oscilação não resolvida entre a reafirmação da submissão mais ortodoxa aos princípios da Igreja e as atitudes mais nacionalistas” (Saz Campos, 2003, p. 220). Assim, o historiador e filósofo do partido, Pedro Laín Entralgo (1937a, p. 80), via no catolicismo um “centro espiritual” que dava “sentido e virtude transcendente” à unidade de destino que a Falange teria recuperado após séculos de declínio. Da mesma forma, Antonio Tovar associava a essência imperial de Espanha aos valores católicos da Contrarreforma, que fazia coincidir com os valores fascistas (Saz Campos, 2003, pp. 204-209). Como ele escreveu, no século xv o país lançara-se no “caminho da unidade espiritual e da humanização das raças de cor elevadas à dignidade de cristãos” (Tovar, 1941, pp. 60-61). O império da Falange teria feito o mesmo, preservando a língua e as tradições espanholas no mundo e salvando “a alma da Hispanidade, que é o catolicismo” (Tovar, 1938, p. 317).

No entanto, enquanto muitos teóricos falangistas defendiam um renascimento colonial numa base eminentemente cultural e espiritual, no partido – que nasceu fascista e radical para todos os efeitos – muitos promoviam planos concretos de expansão territorial (Delgado Gómez-Escalonilla, 1992, p. 123; Núñez Seixas, 2009, p. 24). Desde o início, alguns dos mais proeminentes ideólogos falangistas vislumbravam a reconstrução de um império baseado na força, na dominação e na ocupação física dos territórios (Ledesma Ramos, 1935). Isso aconteceu em maior medida entre 1935 e o início da década de 1940, quando os sucessos das potências do Eixo eram indicadores promissores de uma futura ordem internacional fascista. Os camisas azuis pensaram que poderiam tirar vantagem da redistribuição de poder no Velho Continente. Portanto, promoveram os seus projetos de conquista efetiva, tanto na Europa quanto fora dela, com ainda mais força e convicção. Como eles argumentavam, ao poder real “nunca pode faltar uma realidade física vigorosa que imponha a ordem ao pensamento”.²¹ O império da Falange não teria sido um “império retórico”;²² os camisas azuis não estavam dispostos a viver na memória de glórias passadas, nem se contentariam com alguns direitos de “preempção cultural” sobre os antigos domínios espanhóis. Não permaneceriam de braços cruzados diante dos deveres – não apenas morais, mas também práticos e substanciais – que o seu destino universal lhes impunha.²³

21 “El imperio retórico”. *Arriba*, 403 (16 de julho de 1940), p. 1.

22 *Ibidem*, p. 1.

23 *Ibidem*, p. 1. A este respeito, ver Saz Campos (2003, p. 275).

CONCLUSÕES

O império constitui a evolução natural da concepção de nação do PNF e da Falange, da qual representava a mais alta expressão ideológica. Através de uma hábil reelaboração, em termos modernos, das suas respetivas tradições imperiais – o Império Romano, por um lado, e as gloriosas façanhas ultramarinas dos reis católicos, por outro –, fascistas e falangistas sonhavam em espalhar os seus princípios por todo o planeta. Não pensavam nos seus impérios como formas puramente culturais ou espirituais de dominação. Os ideólogos do PNF e da Falange elaboraram planos de colonização efetivos, os quais deveriam contemplar a ocupação de novos territórios, que seriam totalmente reestruturados política e administrativamente sob a bandeira dos *fascio littorio* e do jugo e das flechas. Este era um objetivo que cada partido estava determinado a perseguir, embora apenas os camisas negras o tenham alcançado até certo ponto.

O tema do império foi articulado pelo fascismo italiano e pelo espanhol de maneira muito semelhante. No entanto, a análise comparativa destaca algumas diferenças significativas entre os dois casos. A primeira diferença diz respeito à centralidade absoluta do tema do império no universo ideológico falangista desde o começo, ao contrário do que aconteceu em Itália. Na fase inicial do seu movimento, Mussolini mencionou o império em poucas circunstâncias e sempre de forma vaga. Pelo contrário, o nacionalismo missionário de José Antonio Primo de Rivera, resumido na fórmula “unidade de destino no universal”, estabeleceu, desde o começo, que o renascimento da pátria andaria de mãos dadas com a realização de um empreendimento coletivo no mundo, ou seja, com um grandioso projeto de expansão para o exterior.

A segunda grande diferença diz respeito à falta substancial de uma conotação cristã-católica com o empreendimento colonial na propaganda fascista italiana, presente, pelo contrário, no caso da Falange. Não há dúvida de que o fascismo espanhol, tal como o fascismo italiano, não foi um movimento secular. É igualmente verdade, porém, que teve de lidar com a marca histórica católica; uma marca que, a partir do final do século xv, foi dada a todo o processo de construção da identidade nacional e imperial espanhola. A religião desempenhou um papel fundamental na realização das façanhas ultramarinas dos colonizadores, que conquistaram o Novo Mundo em nome da coroa de Espanha e de Deus. É precisamente essa consciência que justifica as referências das reivindicações expansionistas dos ideólogos dos camisas azuis à tradição católica, na qual a ideia de império em Espanha estava historicamente ancorada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ CHILLIDA, G. (2010), “Ernesto Giménez Caballero: unidad nacional y política de masas en un intelectual fascista”. *Historia y Política*, 24, pp. 265-291.
- ARTHURS, J. (2012), *Excavating Modernity. The Roman Past in Fascist Italy*, Londres, Cornell University Press.
- BALBO, C. (1944), *Delle speranze dell'Italia*, Paris, Tipografia dei Fratelli Firmin Didot.
- BALBO, I. (1938), “La politica sociale fascista verso gli arabi della Libia”. In AAVV (eds.), *Atti dell'VIII Convegno Volta*, Roma, Accademia d'Italia.
- BALLESTEROS GAIBROIS, M. (1937), “El imperio de España”. *Jerarquía*, 2 (outubro).
- BASTIANINI, G. (1937), *Quindici anni di politica estera fascista*, Roma, Tipografia della Reale Accademia dei Lincei.
- BOTTAI, G. (1926), *Mussolini costruttore d'impero*, Mântua, Edizioni Paladino.
- BURBANK, J., COOPER, F. (2010), *Empires in World History: Power and the Politics of Difference*, Princeton, Princeton University Press.
- CECI, L. (2010), *Il papa non deve parlare. Chiesa, fascismo e guerra d'Etiopia*, Roma, Laterza.
- CORRADINI, E. (1980), “Le nuove dottrine nazionali e il rinnovamento spirituale. Discorso tenuto a Trieste l'11 dicembre 1913”. In L. Strappini (ed.), *Enrico Corradini. Scritti e discorsi, 1901-1914*, Turim, Einaudi, p. 235.
- CORRADINI, E. (1908), *Lombra della vita*, Nápoles, Riccardo Riccardi.
- CRESTI, F. (2011), *Non desiderare la terra d'altri. La colonizzazione italiana in Libia*, Roma, Carocci.
- CRESTI, F. (1996), *Oasi di Italianità. La Libia della colonizzazione agraria tra fascismo, guerra e indipendenza (1935-1956)*, Turim, Società Editrice Internazionale.
- CURCIO, C. (1940), “Imperialismo”. In Partito Nazionale Fascista (ed.), *Dizionario di Politica*, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, vol. II, pp. 473-476.
- CURCIO, C. (1940), “Nazionalismo”. In Partito Nazionale Fascista (ed.), *Dizionario di Politica*, Roma, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, vol. III, pp. 241-246.
- CURCIO, C. (1927), *La coscienza mediterranea dell'Italia negli scrittori del Risorgimento*, Roma, Edizioni di Sud.
- DEL BOCA, A. (2010), *La guerra d'Etiopia. L'ultima impresa del colonialismo*, Milão, Longanesi.
- DEL BOCA, A. (1996), *I gas di Mussolini. Il fascismo e la guerra d'Etiopia*, Roma, Editori Riuniti.
- DEL RÍO CISNEROS, A. (ed.) (1976), *José Antonio Primo de Rivera. Obras completas. Escritos y discursos (1922-1936)*, Tomo I-II, Madrid, Instituto de Estudios Políticos.
- DELGADO GÓMEZ-ESCALONILLA, L. (1992), *Imperio de papel. Acción cultural y política exterior durante el primer franquismo*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- DELGADO RIBAS, J. M. (2012), “Eclipse and collapse of the Spanish empire, 1650-1898”. In A. W. McCoy, J. M. Fradera, S. Jacobson (eds.), *Endless Empire. Spain's Retreat, Europe's Eclipse, America's Decline*, Madison, University of Wisconsin Press, pp. 43-54.
- DEPLANO, V. (2021), “Dalle colonie all'impero: l'Africa e il progetto nazionale fascista”. In G. Albanese, *Il Fascismo italiano. Storia e interpretazioni*, Roma, Carocci, pp. 45-68.
- DEPLANO, V. (2015), *L'Africa in casa. Propaganda e cultura coloniale nell'Italia fascista*, Milão, Mondadori.
- FEDERZONI, L. (1938), “Discorso al Senato del Regno in sede di discussione del bilancio delle Colonie (4 aprile 1927)”. In L. Federzoni (ed.), *A. O. Il “posto al sole”*, Bologna, Nicola Zanichelli.

- FELICE, R. de (1988), *Il Fascismo e l'oriente. Arabi, ebrei e indiani nella politica di Mussolini*, Bolonha, Il Mulino.
- FERNÁNDEZ CUESTA, R. (1939), "Imperio". *Vértice*, ix (abril).
- GANIVET, Á. (1956 [1896]), *Idearium español y el porvenir de España*, Madrid, Espasa-Calpe.
- GARCÍA SEBASTIANI, M., MARCILHACY, D. (2013), "America y la fiesta del 12 de Octubre". In J. Moreno Luzón, X. M. Núñez Seixas (eds.), *Ser españoles. Imaginarios nacionalistas en el siglo XX*, Barcelona, RBA Libros.
- GENTILE, E. (2009 [1993]), *Il culto del littorio*, Roma e Bari, Laterza.
- GENTILE, E. (2007), *Fascismo di pietra*, Bari, Laterza.
- GENTILE, E. (2006 [1997]), *La Grande Italia. Il mito della nazione nel XX secolo*, Roma e Bari, Laterza.
- GENTILE, E. (1975), *Le origini dell'ideologia fascista*, Roma e Bari, Laterza.
- GIARDINA, A. (2016 [2000]), "Ritorno al futuro: la Romanità fascista". In A. Giardina, A. Vauchez, *Il mito di Roma. Da Carlo Magno a Mussolini*, Roma e Bari, Laterza, pp. 212-287.
- GIMÉNEZ CABALLERO, E. (1933), "Puntos de partida", *El Fascio*, 1 (16 de março), p. 3.
- GÍMENEZ CABALLERO, E. (1932), *Genio de España. Exaltaciones a una resurrección nacional y del mundo*, Barcelona, Ediciones Jerarquía.
- GIOBERTI, V. (1846), *Del primato morale e civile degli italiani*, vol. II-III, Lausana, S. Bonamici e Compagnia.
- GOGLIA, L., GRASSI, F. (eds.) (1981), *Il colonialismo italiano da Adua all'impero*, Roma e Bari, Laterza.
- GÓMEZ DE TERÁN, J. (1937), "L'individuo nella società fascista". *Gerarchia*, 6, p. 338.
- GONÇALVES, M. (2021), "The scramble for Africa reloaded? Portugal, European colonial claims and the distribution of colonies in the 1930s". *Contemporary European History*, 1, pp. 2-15.
- GUGLIELMI, N. (1935), "Roma, il fascismo e l'impero". *Gerarchia*, 9, pp. 755-759.
- HEDINGER, D. (2017), "The imperial nexus: the Second World War and the Axis in global perspective". *Journal of Global History*, 12, pp. 184-205.
- HERMET, A. (1936), "Realtà dell'impero". *Gerarchia*, 7, pp. 447-450.
- JULIÁ, S. (2015), *Historias de las dos Españas*, Madrid, Taurus.
- KALLIS, A. (2000), *Fascist Ideology. Territory and Expansionism in Italy and Germany, 1922-1945*, Londres, Routledge.
- LA PENNA, A. (1999), "Il culto della romanità nel periodo fascista". *Italia Contemporanea*, 217, pp. 605-630.
- LABANCA, N. (2002), *Oltremare. Storia dell'espansione coloniale italiana*, Bolonha, Il Mulino.
- LAÍN ENTRALGO, P. (1937a), "La unidad de destino en José Antonio". *F.E.*, 1, p. 80.
- LAÍN ENTRALGO, P. (1937b), "Nueva unidad de España". *Destino*, 25 (21 de agosto), p. 2.
- LEDESMA RAMOS, R. (2004a), "El Estado totalitario y nuestro sentido de la tradición de España". In R. Ledesma Ramos, *Obras completas*, vol. III, Madrid e Barcelona, Fundación Ramiro Ledesma Ramos, pp. 455-456.
- LEDESMA RAMOS, R. (2004b), "¿Fascismo en España?". In R. Ledesma Ramos, *Obras completas*, vol. IV, Madrid e Barcelona, Fundación Ramiro Ledesma Ramos.
- LEDESMA RAMOS, R. (1935), "Imperialismo". *La Patria Libre*, 2 (23 de fevereiro).
- LEDESMA RAMOS, R. (1931), "¿Conquistamos Portugal o Portugal nos conquista?". *La Conquista del Estado*, 20 (3 de outubro).
- LESSONA, A. (1932), "Le colonie italiane nel quadro europeo". *Gerarchia*, 7, pp. 550-551.
- LIBURT, L. J. (2021), "Thinking imperially: the British Fascisti and the politics of empire, 1923-35". *Twentieth Century British History*, 1, pp. 46-67.

- M. D. (1936), “La Gioventù Araba del Littorio a Roma per partecipare all’esultanza delle prime fulgide giornate imperiali”. *L’Azione Coloniale*, 41 (22-23 de maio), pp. 1-3.
- MAEZTU, R. (1931), “La Hispanidad”. *Acción Española*, 1 (15 de dezembro), pp. 8-16.
- MAIER, C. (2010), “Empire without end: imperial achievements and ideologies”. *Foreign Affairs*, 4, pp. 153-159.
- MAZZINI, G. (1941), *Scritti editi ed inediti*, vol. xcii, Ímola, Galeati.
- MAZOWER, M. (2008), *Hitler’s Empire. How the Nazis Ruled Europe*, Nova Iorque, Penguin.
- MIÈGE, J. L. (1976), *L’imperialismo coloniale italiano. Dal 1870 ai nostri giorni*, Milão, Rizzoli.
- MUSSOLINI, B. (1939), *Scritti e discorsi*, vol. xii, Milão, Hoepli.
- MUSSOLINI, B. (1933), *La dottrina del fascismo*, Milão e Roma, Fratelli Treves.
- NELIS, J. (2014), “Back to future. Italian fascist representations of the Roman past”. *Fascism*, 3, pp. 1-19.
- NÚÑEZ SEIXAS, X. M. (2009), “Nacionalismo español y franquismo: una visión general”. In M. Ortiz Heras (ed.), *Culturas políticas del nacionalismo español: del franquismo a la transición*, Madrid, La Catarata.
- PAGLIARO, A. (1940), “Impero”. In Partito Nazionale Fascista (ed.), *Dizionario di Politica*, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, vol. ii, pp. 476-484.
- PAN-MONTOJO, J. (ed.) (1998), *Más se perdió en Cuba: España, 1898, y la crisis de fin de siglo*, Madrid, Alianza Editorial.
- PAVESE, R. (1938), “Internazionalismo e fascismo”. *Gerarchia*, 9, pp. 603-605.
- PERGHER, R. (2018), *Mussolini’s Nation-Empire. Sovereignty and Settlements in Italy’s Borderlands, 1922-1943*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PES, A. (2010), *La costruzione dell’impero fascista. Politiche di regime per una società coloniale*, Roma, Aracne.
- PREZZOLINI, G. (1914), “Prefazione”. In G. Papini, G. Prezzolini (eds.), *Vecchio e nuovo nazionalismo*, Milão, Studio Editoriale Lombardo.
- REDONDO ORTEGA, O. (1939), *El Estado Nacional*, Madrid, Ediciones F. E.
- ROUBINEK, E. S. (2016), “A ‘fascist’ colonialism? German national socialist and Italian fascist colonial cooperation, 1936-43”. In F. Clara, C. Ninhos (eds.), *Nazi Germany and Southern Europe, 1933-45*, Londres, Palgrave Macmillan, pp. 183-197.
- SAINZ RODRÍGUEZ, P. (1937), “Primer día del imperio”. *Vértice*, 5 (setembro-outubro).
- SALVATORI, P. S. (2016), *Mussolini e la storia. Dal socialismo al fascismo (1900-1922)*, Roma, Viella.
- SALVATORI, P. S. (2014), “Fascismo e romanità”. *Studi Storici*, 1, pp. 227-239.
- SAZ CAMPOS, I. (2003), *España contra España. Los nacionalismos franquistas*, Madrid, Marcial Pons.
- SAZ CAMPOS, I. (2001), “Paradojas de la historia, paradojas de la historiografía. Las peripecias del fascismo español”. *Hispania*, 207, pp. 143-176.
- SEGRÈ, C. (1974), *Fourth Shore: The Italian Colonisation of Libya*, Chicago, University of Chicago Press.
- SOLMI, A. (1934), “Il programma dell’espansione nazionale”. *Gerarchia*, 6, pp. 448-452.
- STOLER, A. L. (2006), “On degrees of imperial sovereignty”. *Public Culture*, 1, pp. 125-146.
- STONE, M. (1999), “A flexible Rome: Fascism and the cult of Romanity”. In C. Edwards (ed.), *Roman Presences: Receptions of Rome in European Culture, 1789-1945*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 205-220.
- SUSMEL, E., SUSMEL, D. (eds.) (1951-1963), *Opera Omnia di Benito Mussolini*, Florença, La Fenice.

- TERRUZZI, A. (1938), “Nella luce dell’impero”. *Gli Annali dell’Africa Italiana*, 1, p. 3.
- TOVAR, A. (1941 [1936]), *El imperio de España*, Madrid, Afrodisio Aguado.
- TOVAR, A. (1938), “Nación, unidad e imperio”. In AAVV (eds.), *Cursos de orientaciones nacionales de la enseñanza primaria. Celebrado en Pamplona del 1 al 30 de junio del 1938*, vol. II, Burgos, Hijos de Santiago Rodríguez.
- UNAMUNO, M. (1927), “Hispanidad”. *Síntesis*, 6, pp. 305-310.
- VISSER, R. (1992), “Fascist doctrine and the Cult of Romanità”, *Journal of Contemporary History*, 1, pp. 5-22.
- XIMÉNEZ DE SANDOVAL, F. (1941), *José Antonio (Biografía apasionada)*, Barcelona, Editorial Juventud.

Recebido a 17-05-2022. Aceite para publicação a 15-12-2023.

PRIORELLI, G. (2024), “O império na ideologia dos camisas negras e dos camisas azuis: um estudo comparativo”. *Análise Social*, 252, LIX (3.º), pp. 2-22. <https://doi.org/10.31447/202247>.

Giorgia Priorelli » giorgia.priorelli@udg.edu » Departamento de História, Universidade de Girona » Edifício Santo Domènec II, Pl. Ferrater y Mora, 1, Campus Barri Vell — 17004 Girona, Espanha » <https://orcid.org/0000-0002-3482-2040>.
